

"Opção" é abrandar controle do crédito

O presidente da Fiesp, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, disse ontem que está tentando "de todo jeito" obter o abrandamento das atuais restrições monetária e fiscal, ao lembrar que "a recessão mais séria já vivida pela indústria paulista tem seus resultados quase alarmantes no desemprego de 222 mil operários no Estado, entre novembro e o final do mês passado", engrossado pela demissão de mais de 5 mil pela Mercedes-Benz, na última segunda-feira.

Segundo Vidigal, é muito difícil qualquer prognóstico sobre o reaquecimento da economia, apesar das projeções mais otimistas do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Para acreditar na recuperação da atividade econômica, o presidente da Fiesp quer certo alívio no crédito e que o governo retome suas obras, pague as suas dívidas e reduza as despesas de custeio para ter mais dinheiro canalizado a investimentos.

Ao depor perante a CPI dos juros da Câmara dos Deputados, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, observou que já transmitiu às autoridades econômicas "a grande preocupação dos empresários em evitar o agravamento da situação do momento e pedir o alívio do sistema econômico-financeiro".

Tanto Vidigal como Franco procuraram retirar qualquer característica de injustiça social por parte da Mercedes nas demissões desta semana. Para o presidente da CNI, a indústria automobilística atravessa crise em todo o mundo, enquanto o dirigente da entidade paulista ressaltou que a decisão da Mercedes representa "consequência natural do desaquecimento do setor".

Para reaquecer o setor automobilístico, Vidigal reconheceu que existem poucas alternativas. Uma de suas sugestões para "o reaquecimento parcial" está nas maiores facilidades para a comercialização de automóveis, por meio de consórcio, e ampliação do crédito rural para a compra de caminhões e tratores.

O presidente da Fiesp rejeitou a tese de que as indústrias automobilísticas procuram dramatizar a crise, ao elevar os preços dos carros, mesmo diante da queda nas vendas. "Ninguém estoca por ganância. As indústrias fizeram todo o possível, em termos de promoção de vendas. Os preços sobem porque os custos também

sobem com a inflação" — observou Vidigal.

Ao pedir o abrandamento da política monetária e fiscal, o presidente da Fiesp disse que não defende o abandono do combate à inflação. Só não pode deixar de contestar a dosagem das restrições ao destacar que as quedas de empresas aumentaram e a maioria delas já recorre à "moratória tácita", a ponto de os bancos não mais reclamarem de atrasos de trinta dias na quitação de empréstimos.

MUDANÇA DO MODELO

O 'vice-presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Abe Szajman, falando também na CPI dos juros, reclamou da mudança do modelo econômico, ao observar que "a desintegração do empresariado e da classe média é, hoje, no País, a dupla face da mesma moeda; decomposição que a atual conjuntura recessiva apenas está pondo em maior relevo, emoldurando-a no friso do desemprego e da queda das atividades produtivas, pela queda quase total dos reinvestimentos da própria iniciativa privada".

Segundo Szajman, "uma inflação não controlada, antes continuamente realimentada pela megalomania estatizante, faz convergir sua ação perversa para alvos que, em termos sociais, são indissociáveis, como a erosão do poder de compra dos salários e a capacidade de sobrevivência tipicamente sociais".

O representante do comércio paulista ressaltou que a crescente estatização acabou por sufocar a sociedade, por meio de uma política tributária extorsiva, destinada a prover o Estado "dos recursos reclamados pela sua indevida investidora empresarial e pela sua reconhecida ineficiência gerencial, ressalvadas as exceções".

Essa política tributária extorsiva, afirmou Szajman, retirou dos impostos a característica de fator distributivo da renda. "Como os impostos sobre os bens — IPI e ICM — que são altamente regressivos em função de renda, o imposto direto passou a ser instrumento de obtenção de receita para o governo. A manipulação do Imposto de Renda, nas malhas em que colhe a pessoa física, é o apogeu da injustiça social. Ele pune o trabalho com uma implacável impiedade" — destacou.

Disse que o trabalhador situado na

faixa de cinco salários mínimos que, em novembro de 1979, tenha desconto de seu rendimento bruto 1,3% no final deste ano, verá esse desconto subir para 7,8% de seu salário. Segundo o vice-presidente da Federação do Comércio, "a todo esse conjunto de discriminações fiscais, junta-se, para compor o quadro da liquidação da classe média, a nova política salarial que, adotada a título de recompor o poder de compra dos salários, está criando a tragédia do desemprego em massa".

Szajman não contestou a política salarial em vigor, mas reivindicou "mecanismos compensatórios" às pequenas e médias empresas, responsáveis por 25% da oferta de emprego no País e, hoje, "compelidas inexoravelmente a realizar cortes de pessoal, agravando a crise social". Disse ainda que, a esta política econômica, só resistem hoje as empresas que operam em regime de oligopólio e o setor financeiro.

"Diante da tragédia do empobrecimento galopante da classe média, abrangendo desde os assalariados aos profissionais liberais e pequenos e médios empresários, o governo assume atitude de cruel passividade, indiferença que aumenta na inquietante medida em que a recessão promove a queda da produção e do consumo. Tal é o comportamento de um Estado fiscalista e arrecadador, que quer enriquecer sobre a miséria da sociedade cujos destinos preside" — disse o vice-presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

CONTROLE DA DÍVIDA

"A política egoísta dos Estados Unidos vai levar, a curto prazo, o mundo inteiro a um impasse bastante sério." Por isso, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, disse ontem que os árabes não precisam aumentar os preços do petróleo para obter maior receita, uma vez que os ganhos já vêm da aplicação dos petrodólares no mercado financeiro internacional a juros reais de 10 a 12% ao ano.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, por sua vez, ressaltou que os ônus dos juros externos já representam preocupação maior que os preços do petróleo, enquanto Vidigal admitiu que fica difícil saber se o Brasil controla ou é controlado pela sua dívida externa.